

Revolução digital para o desenvolvimento sustentável

» ALICIA BÁRCENA

Secretária-executiva da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal)

A revolução digital, uma das maiores mudanças de paradigma em nível global, impacta fortemente e de forma transversal todas as atividades de nossas sociedades. Isso tem gerado crescimento excepcional do volume e do tipo de dados existentes, que são produzidos em grande velocidade e de forma contínua por pessoas, máquinas e dispositivos, pelas negociações eletrônicas e pelo uso da internet, entre outras fontes. Paralelamente, existe hoje maior demanda por informação cada vez mais desagregada, atualizada e oportuna.

As fontes tradicionais de dados e indicadores — como os censos e as pesquisas dos sistemas nacionais de estatísticas oficiais — foram adicionadas outras, potencializadas pelas tecnologias de informação e comunicação (TIC), pelo uso massivo de dispositivos móveis, pela internet das coisas e pela economia digital. Tudo isso deu lugar aos denominados grandes dados (Big Data).

Big Data vai mais além dos sistemas informáticos de acúmulo de grandes volumes e novos tipos de dados. Faz parte de novo ecossistema digital. Seu uso, mediante ferramentas analíticas de dados estruturados e não estruturados, permite melhorar a tomada de decisões em áreas críticas do desenvolvimento, como assistência à saúde, emprego, produtividade, combate à delinquência, segurança e manejo dos desastres naturais.

Devido às crescentes demandas do cidadão por maior transparência, acesso à informação e mecanismos efetivos de

prestação de contas, desenvolveram-se, também, múltiplas iniciativas orientadas para a abertura desses dados (Open Data) como bens públicos.

Esses fenômenos constituem a chamada revolução dos dados (Data Revolution), que é realidade, não alternativa. O desafio de nossas sociedades é compreender esse processo: devemos criar consciência sobre as potencialidades, riscos e desafios, assim como definir prioridades.

O novo paradigma reformula os equilíbrios de poder pelo surgimento de atores que fazem uso estratégico dos dados, e questiona as formas pelas quais os agentes públicos, o setor privado e a sociedade civil atuam, como ressaltamos no relatório *Um mundo que conta (A World that Counts)*, do Grupo de Especialistas convocados pelo secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

Este ano, a ONU adotará nova agenda de desenvolvimento pós-2015, em que serão integradas as dimensões econômica, social e ambiental, e definidos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Como conseguir que a revolução dos dados seja um condutor dessa nova agenda de desenvolvimento?

Primeiro, é imprescindível que seja um instrumento para fechar as brechas tanto socioeconômicas quanto de acessibilidade aos recursos digitais. Segundo, deve tornar-se eco das vozes e das populações mais desfavorecidas e marginalizadas, assim como de suas necessidades por serviços e ações públicas.

Por sua vez, a revolução dos dados implica riscos importantes, particularmente em termos de privacidade e de assegurar o anonimato dos dados em forma agregada. Por isso, é necessário contar com padrões e marcos normativos.

Até agora, o setor privado tem liderado a revolução dos dados, graças ao investimento em infraestrutura e, especialmente, por sua habilidade para inovar e gerar, armazenar e processar grande quantidade de dados. No aspecto social, é urgente dar mais espaço à cidadania empoderada — que demanda informação confiável e aberta em tempo real —, para que continue contribuindo para a geração de soluções inovadoras para problemas sociais.

Os governos, as instituições públicas e os sistemas nacionais de estatísticas oficiais não devem se manter à margem, adequando urgentemente as capacidades. Trata-se de uma oportunidade para dispor de novas ferramentas que facilitem a tomada de decisões e orientem a agenda de desenvolvimento sustentável e inclusiva.

O principal desafio das sociedades é converter a revolução dos dados em potente estimulador de nova equação entre Estado, mercado e sociedade, com alianças entre os governos, o setor privado, a academia e as organizações da sociedade civil. É fundamental, também, fomentar iniciativas inovadoras no marco do novo ecossistema digital e da agenda de desenvolvimento sustentável para o bem comum.